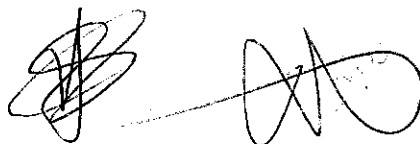


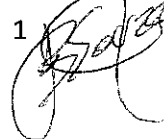
1 ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CIEA.

3 No dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezessete, às nove horas, realizou-se a segunda
4 reunião extraordinária da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA, no
5 auditório da Secretaria de Educação - SEC com os membros que representam essa Comissão,
6 conforme listados abaixo e demais convidados. Ao iniciar a sessão, Zanna Matos - Sema
7 cumprimentou a todos, registrou que a pauta continha dois pontos específicos: 1) minuta da
8 Resolução de Educação Ambiental no Licenciamento; 2) formação da CIEA promovida pelo
9 Ministério do Meio Ambiente – MMA. Registrou a presença de Idalécio Santos, tutor desse
10 curso, ex-membro da Comissão que continuava colaborando. Justificou as ausências de Dione
11 Caribé representante da UEFS que será substituída por motivos de aposentadoria, Liana
12 Mendes Ramos da SJDHDS, Moacyr Santos Tinoco da UCSAL e Valdir Coutinho Lima do
13 Território Bioma Mata Atlântica. Colocou a Ata de reunião da posse da gestão 2016 a 2018
14 para assinatura. Em seguida, passou a palavra a Mariana Mascarenhas – Secex, coordenadora
15 da Secretaria Executiva dos Colegiados/Secretaria do Meio Ambiente – SEMA. Mariana
16 Mascarenhas informou que a minuta do Decreto de regulamentação da política que se tratava
17 de um processo antigo, esteve em pauta de várias reuniões entre a SEC, SEMA e Procuradoria
18 Geral do Estado – PGE para esclarecer algumas questões colocadas por essa Procuradoria. A
19 minuta final teve o de acordo das duas Secretarias que retornou a PGE. Foi elaborado um
20 Parecer que se encontrava até aquele momento no Gabinete dessa Procuradoria. Após, será
21 encaminhado a Casa Civil. Registrou que a SEMA tinha outros documentos na Casa Civil
22 pendentes de publicações. Zanna Matos passou para o primeiro ponto de pauta, sugeriu que
23 fossem trabalhados diretamente os pontos que houvesse sugestões; lembrou que a minuta
24 vinha sendo construída desde 2012; algumas questões foram apontadas por essa Comissão e
25 revistas com a equipe do INEMA – os pontos levantados foram ajustados e apresentados na
26 reunião de 16 de maio de 2017, a ser avaliado nesta reunião. Passou para leitura da minuta.
27 Idalécio Santos destacou que, apesar da Resolução ser do CEPRAM sugeriu acrescentar “em
28 articulação com a CIEA Bahia”. Solange Alcântara sugeriu alterar o artigo 2º - “as
29 condicionantes de educação ambiental de que trata o caput desse artigo deverão...” para
30 “...trata o artigo 1º”. Lilite Cintra destacou, o artigo 2º, inciso II – “guardar proporcionalidade
31 de complexidade” a expressão ficou vago; citou que no item c) “as experiências e projetos
32 socioambientais inclusos no mapeamento de experiências socialmente do Estado”. Sugeriu
33 acrescentar “...e oficialmente reconhecidas pelos municípios”. Mariana Mascarenhas
34 argumentou que poderia ser “...e também reconhecidas pelos municípios”. Idalécio Santos







1 

35 comentou que a frase estava muito redundante, caberia modificação. Foi sugerido alterar para
36 “As ações e projetos, inclusos no mapeamento de experiências socioambientais do Estado”.
37 Foi solicitado acrescentar a esse item, além dos Municípios, Territórios ou Colegiados
38 Territoriais. Mariana Mascarenhas sugeriu incluir um item: d) “as ações e projetos
39 reconhecidos pelos municípios e colegiados territoriais”. Lilite Cintra destacou no inciso II,
40 do artigo 3º, “disponibilizar a sociedade em especial as comunidades afetadas as informações
41 necessárias...” identificou que faltou acrescentar “...sempre que solicitadas” ou
42 “...periodicamente e sempre que solicitadas”. Bernadedth Simões – Umbu, sugeriu
43 acrescentar “...e inclusive, sempre que solicitadas”. Idalécio Santos falou que nesse artigo 3º,
44 poderia ser inseridos alguns objetivos contidos no artigo 30 ou registrar “levando em
45 consideração os objetivos do artigo 30”. Jurandy Souza chamou a atenção para alínea 2, do
46 artigo 3º - “...acompanhamento dos impactos gerados pelo empreendimento, autorizados e
47 monitorados em suas condicionantes”, sugeriu alterar para “acompanhamento das
48 condicionantes e monitoramento dos impactos gerados pelo empreendimento autorizados e
49 licenciados”. Lilite Cintra destacou que no item 3, do artigo 4º, “apoio as experiências
50 socioambientais identificadas no sistema de mapeamento da SEMA bem como os processos
51 formativos oferecidos pela SEMA”. Sugeriu acrescentar “...e das atividades realizadas pelas
52 SEC’S”. Zanna sugeriu “...do ensino formal”. Bernadedth Simões fez sugestões para incluir
53 “SEMA/SEC/sistemas municipais de educação”. Duwillami Arruda - Sec manifestou
54 acrescentar “em consonância com os princípios e diretrizes do sistema educacional”. Diante
55 dessas sugestões, Mariana Mascarenhas esclareceu que o Conselho do Meio Ambiente não
56 legisla sobre o sistema de educação. Fábio Lima falou sobre o inciso III, do artigo 4º.
57 Perguntou: - se existia uma atualização do sistema de mapeamento? Zanna Matos informou
58 que na próxima reunião da CIEA será apresentado o funcionamento desse sistema. Walney
59 Magno disse que se preocupava com essas experiências socioambientais, retratando que já
60 tiveram várias e bem pouca coisa foi colocada em prática. Citou a exemplo das audiências
61 publicas realizada em locais sem referencia, bem como a falta de efetividade da fiscalização.
62 Pediu reflexão sobre esses aspectos. Mariana Mascarenhas esclareceu que o esforço para
63 construir essa Resolução era no sentido de apoiar e qualificar, tecnicamente, o que o órgão
64 ambiental exige do empreendedor. Propôs pautar em outro momento uma discussão sobre a
65 fiscalização. Foi solicitado repassar para as coordenações de regulação a relação dos membros
66 da CIEA. Lilite Cintra citou que no inciso IV, “realização de oficina de apresentação do
67 cumprimento das condicionantes no empreendimento ao menos para solicitação de renovação
68 de licenças”. Argumentou que deveria constar que essa apresentação deve ser periódica para a

Mariana Mascarenhas

Fábio Lima

Jurandy Souza

Duwillami Arruda

69 comunidade ou publico alvo. Paulo esclareceu que a realização de oficina não era obrigatória,
70 passará a ser a partir dessa Resolução. Mariana Mascarenhas sugeriu a redação: “Realização
71 de oficina de apresentação para o publico prioritário descrito no artigo 5º, do cumprimento
72 das condicionantes do empreendimento ao menos para solicitação de renovação da licença”.
73 Bernadeth fez observações quanto à questão da LAC e dispensa de outorga quando requerida
74 no sistema eletrônico e se perde o prazo de renovação terá que requerer uma nova, essa
75 situação não estava sendo tratada na Resolução. Mariana Mascarenhas explicou que a
76 exigência do cumprimento completo das condicionantes se dará ao final do processo, ou seja,
77 seria uma prestação de contas. Lilite Cintra argumentou por isso esse inciso não deveria se
78 remeter ao artigo 5º, pois se remete ao beneficiário das oficinas ambientais que são os
79 próprios condicionantes, devendo ser ampliada para as comunidades. Idalécio Santos sugeriu
80 alterar “...renovação da licença” para “...em todas as fases das licenças (LI, LO, LA)”. Surgiu
81 outra alteração “Realização de oficinas publica de apresentação do cumprimento das
82 condicionantes do empreendimento, em todas as fases de licenciamento, priorizando o público
83 descrito no artigo 5º”. No artigo 6º Idalécio Santos comentou que ponderava o caput quando
84 se tratava de uma Resolução CEPRAM que define a política para os municípios. Mariana
85 Mascarenhas esclareceu que a Lei complementar 140 determinou que os Conselhos Estaduais
86 de Meio Ambiente devessem definir o que é impacto local e isso foi feito através dessa
87 Resolução, ou seja, compete ao município fazer a gestão do tipo de atividade do
88 empreendimento; o CEPRAM não pode interferir a forma que o município vai efetuar.
89 Sugeriu que, após aprovação dessa Resolução a CIEA faça uma Recomendação aos
90 municípios para observar e atender o disposto nessa resolução do CEPRAM. Manoel Ailton
91 comentou que deve haver um dialogo entre o município e o Estado. Miller Pereira colocou
92 que os municípios estavam atentos a questão da educação ambiental, inclusive vários
93 municípios já foram notificados pelo Ministério Público sobre a necessidade de inserir
94 educação ambiental como condicionante; registrou que um dos objetivos de sua participação
95 na CIEA era saber como vai ser esse processo no Estado para que possa aplicar nos
96 municípios. Solange Alcântara destacou que no inciso II desse artigo, onde se lê “o
97 monitorar” acrescentar “...por meios de critérios pré estabelecidos...”; perguntou: como será
98 feito esse monitoramento? Auxiliadora respondeu: - se dará pela inspeção dos técnicos,
99 relatórios e oficinas, normalmente, se coloca como condicionante, principalmente para
100 empreendimento de médio, grande e excepcional porte a formação de uma Comissão de
101 Acompanhamento envolvendo várias representações. Disse que o monitoramente era feito
102 mensalmente. Mariana Mascarenhas destacou que no artigo 7º diz que a SEMA deverá

103 oferecer materiais e formações para a equipe técnica do sistema, ou seja, inclui municípios.
104 Idalécio Santos se referiu a análise de interpretação, riscos e impactos que geralmente não era
105 tratado, nesse caso poderia acrescentar "...em especial, a análise de interpretação..." porque
106 poderia ser para outros temas. Lilite Cintra destacou que nesse artigo 6º foi colocado:
107 "monitorar o cumprimento dos condicionantes... através de documentos comprobatórios...".
108 Comentou que todos os documentos citados são produzidos pelo empreendimento, depois tem
109 "...ou outros meios de verificação direta". Sugeriu fazer um parêntese, quais os meios de
110 verificação direta são mais comuns e enumerar dois ou três com os quais se consegue
111 elementos da mesma forma como outros foram ilustrados. Também, sugeriu acrescentar: com
112 membros de lideranças e declarações das instituições locais, visitas técnicas e outras. Manoel
113 Ailton destacou o artigo 7º que falava do sistema de meio ambiente; relatou que não vê os
114 municípios se adequarem a Lei Estadual e Nacional, apesar de existir interferência do
115 Ministério Público. Citou que onde diz: "a SEMA deverá oferecer formações e materiais
116 orientadores...", sugeriu alterar para a SEMA se comprometerá a oferecer e divulgar
117 formações orientadoras. Mariana Mascarenhas registrou que acrescentaria a palavra
118 "divulgar". Zanna Matos passou para apreciação do anexo: Quadro orientador para definição
119 dos componentes da educação ambiental no licenciamento ambiental Estadual de múltiplas
120 fases. Nesse quadro constava componente do condicionante, plano de comunicação social
121 incluindo aspectos ambientais, oficinas ambientais de apoio a experiências socioambientais
122 nos processos formativos, oficinas de apresentação do cumprimento do condicionante; classe
123 da atividade ou empreendimento; destacou que após discussão em reunião anterior, foi
124 incluído a de licença unificada, classe I e II para atender as questões do município e alguns
125 que se declaram não ter capacidade de licenciar, o Estado assume. Todas as classes de I a VI
126 ficaram nas três fases de atividade do empreendimento. Explicou os procedimentos a serem
127 adotados para cada classe e outras aplicações. Lilite Cintra colocou que sentia falta de uma
128 legenda que explicasse o significado dessas classes. Mariana Mascarenhas esclareceu que
129 essas classes são feitas a partir do cruzamento do porte e do impacto do empreendimento,
130 definido no Decreto. Maria Auxiliadora - Inema ressaltou a alteração feita sobre o critério
131 técnico da LI, LP deve ser retirado porque entrou em todas as fases do licenciamento. Lilite
132 Cintra citou, na oficina pública de apresentação que vai tratar de riscos e impactos do
133 empreendimento ao ser concedido a licença prévia, seria interessante que essa apresentação
134 fosse discutida com a comunidade, para que a mesma analisasse os riscos e impactos, que o
135 responsável pela liberação dessa licença e também de implantação tenha um parâmetro da
136 própria comunidade. Mariana Mascarenhas registrou que foi alterada; esclareceu, com relação

Sugeres
Mariana Mascarenhas
Inema
Lilite Cintra
Maria Auxiliadora
Zanna Matos

137 à oficina, dentro do plano de comunicação vai tratar com a comunidade os riscos e os
138 impactos. Bernadeth pediu explicação sobre a retirada da LAC; colocou que a falta desse
139 instrumento interferia nas questões do licenciamento, basicamente, para Postos de Gasolina e
140 Rádio Base. Auxiliadora comentou, pelo seu conhecimento sobre a LAC, naquele momento
141 não teria como fazer propostas. Zanna Matos destacou: o quadro orientador para definição das
142 componentes do condicionante, em educação ambiental, nos atos autorizativos desvinculados
143 da licença ambiental, estabelecia dois tipos de atos: autorização de supressão de vegetação
144 nativa e autorização ambiental. Nesse caso, o plano de comunicação, incluindo aspectos
145 ambientais era obrigatório nas duas solicitações, às oficinas ambientais a supressão de
146 vegetação seria obrigatória, mas não se aplica para autorização ambiental. O apoio a
147 experiências e processo formativos e oficinas de apresentação do cumprimento não se aplica a
148 nenhum ato. Lilite Cintra colocou que não ficaram muito claros esses procedimentos, relatou
149 o fato de o interessado receber uma autorização de supressão de vegetação não precisar dar
150 apoio a experiências ambientais, nem apresentar o que estaria fazendo. Zanna Matos
151 esclareceu que o interessado deveria estar pleiteando outra licença, sendo assim o
152 condicionante se aplicaria nesse momento. Lilite Cintra ressaltou que, o pedido da supressão
153 supunha devesse ser para algum empreendimento. Então, independente do que se pretende
154 fazer o impacto daquela região deverá ser discutido. Auxiliadora colocou que acreditava
155 qualquer supressão estar vinculada, porém na maioria das vezes não caberia uma licença
156 ambiental. Foi sugerido colocar um asterisco nesse item para explicar quando ocorrem os
157 atos. Encerrada a parte matutina, na parte vespertina a pauta foi retomada com os informes.
158 Joás Brandão informou, para comemoração do dia Mundial do Meio Ambiente estava com
159 uma programação na região da Chapada para realizar plantio de árvores, mutirão para
160 limpeza, intervenção nas escolas com desempenho voltado para questão ambiental. Manoel
161 Ailton - Comunidades e Povos Tradicionais/Quilombola, informou que no dia 7 de junho
162 juntamente com Almacks, Walter Santos da UNEB e o pessoal da região de Jacobina estariam
163 realizando atividades de educação ambiental e várias outras questões ligadas à preservação.
164 Disse que no dia seguinte teria uma reunião do Comitê do Salitre sobre o plano de Bacia,
165 depois seria realizada a segunda consulta pública sobre o diagnóstico do plano. Sara Maria
166 Reis destacou a atuação do movimento negro do Rio de Contas que tem ocupado um espaço
167 deixado por outras ONG'S atuando em várias áreas; disse que, o trabalho estava sendo
168 realizado no espaço Maria Brandão deixado pelo Banco voltado principalmente para as
169 comunidades tradicionais e precisava de apoio. Destacou também, a atuação de Sirlene em
170 nível de território na Chapada Diamantina que estava lutando com as questões da Mineradora.


171 Registrou que o IBGE repassou para as prefeituras um questionário para saber informações
172 sobre a CIEA e sua atuação. Matilde Pereira - Amam falou sobre uma ação em conjunta no
173 Parque Krospit e o Litoral Norte com várias demandas, tais como uma exposição fotográfica
174 da fauna, flora e da restinga no Litoral que será exposto nas Escolas em Porto de Sauipe;
175 registrou que foi instituída a Câmara Técnica de Educação Ambiental no Conselho Municipal
176 do Litoral Norte; informou que estava sendo feito uma mobilização juntamente a Secretaria de
177 Educação do Município para realizar um curso de preparação com os professores do Ensino
178 Formal; reivindicou providencias com relação às vacâncias de representatividade dessa
179 Comissão. Manoel Ailton comentou que faltava articulação por parte dos órgãos para sanar
180 essa situação, bem como faltava apoio, para que outros membros (suplentes) da sociedade
181 civil pudesse participar com recursos disponível pela SEMA. Zanna Matos pontuou que
182 atendia a normas da Secretaria da Administração com relação ao custeio de despesas geradas
183 para realizar as reuniões. Lilite Cintra sugeriu que a CIEA encaminhasse como resultado de
184 solicitação de coletivo uma proposta a essa Secretaria para ampliar a possibilidade de
185 participação, também, para os suplentes da sociedade civil independente da situação. Zanna
186 Matos ressaltou a única prerrogativa que possa garantir a participação, indiretamente, seria
187 como membro indicado na Câmara Técnica da Comissão. Jorge Farias destacou a questão do
188 Parque Zoológico, único do interior da Bahia, município de Itapetinga que estava fechado há
189 quatro anos e a mobilização para reabertura; falou sobre algumas atividades realizadas nesse
190 município durante a semana de educação ambiental, com exposição e distribuição de mudas
191 de plantas nativas, recuperação de nascentes, reuniões nas Escolas divulgando a CIEA. Joás
192 Brandão reiterou providenciar a carteira ou crachá de identificação para os membros da
193 CIEA. Zanna Matos falou sobre o Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental para
194 gestão das águas realizado nos dias 9,10 e 11 de maio, em Brasília; ação organizada pela
195 Câmara Técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e a Agencia Nacional de Água –
196 ANA; disse que além de sua participação, teve mais três representantes de Comitês do Estado
197 da Bahia; destacou que foi muito interessante no sentido de potencializar o processo, os
198 trabalhos das Câmaras Técnicas de Educação Ambiental e os Comitês; também contou com
199 representantes do MMA de alguns países da America Latina; destacou as trocas de
200 experiências, pois não se vê mais projetos pontuais na bacia, mas sim tratando de governança
201 e educação ambiental inserida; disse que a ANA distribuiu materiais que serão
202 compartilhados na CIEA; informou que estavam disponíveis no You Tube vídeos educativos
203 produzidos pela ANA interessante para atuação no território. Nesse encontro foi discutido o
204 processo do Fórum Mundial da Água previsto para março de 2018, além da agenda

Sufi
Benedita
Matilde
Manoel
Jorge
Zanna
Lilite


205 governamental, terá uma agenda da sociedade civil chamada “processo cidadão” que foi
206 discutido em linhas gerais, como está sendo construída essa proposta. Com isso, os
207 representantes dos Comitês de Bacias, também representantes da CIEA discutiram sobre o
208 processo formativo e o encontro das CIEA’S no 9º Fórum Brasileiro de Educação Ambiental
209 previsto para setembro de 2017, em Santa Catarina; registrou que ainda não teve uma
210 conversa na SEMA sobre a possibilidade de representação da CIEA Bahia nesse 9º Fórum;
211 colocou a necessidade de mobilização para realizar uma etapa Estadual de preparação para
212 colaborar com esse Fórum; disse que o foco estava numa consulta pública do PRONEA com
213 plataforma disponível para contribuições; sugeriu elaborar uma proposta conjunta com a
214 CIEA e demais redes de educação ambiental, para fins de apresentar as contribuições do
215 Estado da Bahia através da CIEA, para tanto, propôs realizar a reunião da CIEA no mês de
216 julho durante dois dias, ampliar a participação para outros públicos para trabalhar as
217 contribuições do PRONEA como encaminhamento para o 9º Fórum, enquanto rede e CIEA.
218 Lilite Cintra se comprometeu contatar Breno Pessoa representante da REABA para vê
219 possibilidade de apoio. Manoel Ailton informou que será realizado um seminário com o tema
220 “Eu viro carranca para defender o velho Chico”, no dia 3 (?), em Paulo Afonso, promovido
221 pelo Comitê do São Francisco. Idalécio Santos informou que nas próxima quinta e sexta-feira,
222 Salvador vai discutir no espaço da SDR “antiga EBDA” em Itapuã, a possibilidade de sediar o
223 Fórum Social Mundial na Bahia; as inscrições poderão ser feitas através do e-mail:
224 forumsocial2017@gmail.com ou por telefone. Registrou que os Estados da Bahia e Sergipe
225 estão se empenhando para criar o Comitê da Bacia do Rio Real. Walney Magno informou que
226 o grupo do Instituto Indígenas realizará o primeiro acampamento dos povos indígenas dias 29,
227 30 e 1º no CAB. Lilite Cintra informou que há quinze dias, ocorreu uma reunião dos
228 conselheiros representantes da sociedade civil do CEPRAM com o secretário do Meio
229 Ambiente e foram solicitadas algumas pautas, uma delas foi à regulamentação da Lei de
230 Educação Ambiental; relatou que no município de Santa Teresinha existe uma Mineração que
231 foi licenciada pelo Estado há uns quatro anos. Após muita polemica, essa licença foi suspensa,
232 com o surgimento da LAC essa mineradora voltou a operar através de licença do município.
233 Com isso, colocava a questão da LAC preocupante. Em seguida, Zanna Matos passou para o
234 ponto de pauta sobre o curso de educação ambiental (EAD) dedicado aos membros da CIEA;
235 registrou que os módulos do curso estavam com uma linguagem muito interessante,
236 lamentava a baixa participação, reconhecia as dificuldades de acesso, pois a internet ainda não
237 era cem por cento da realidade brasileira. Disse que estava previsto alguns momentos
238 presenciais. Destacou que muitos Estados estavam solicitando extensão de prazo do curso,

239 que seria finalizado em junho, para dar oportunidade a outros interessados. Propôs identificar
240 e elaborar um documento relatando todos os problemas e encaminhar ao MMA. Idalécio
241 Santos colocou a disposição seu contato, via ZAP, para todos que estavam cadastrados no site
242 para acesso a plataforma do curso, para que possa enviar qualquer dúvida quanto a
243 dificuldades de acesso. Demonstrou na prática, como acessar a plataforma, explicando cada
244 passo; sugeriu alguns procedimentos para usar os tópicos. Falou que era importante acessar os
245 Fóruns e fazer a leitura do texto orientador. Destacou a possibilidade de realizar reuniões
246 online. Orientou que não fizesse as atividades diretamente na Plataforma. Zanna Matos
247 informou que existia uma intenção do MEC para vê com o MMA a postergação da data. Por
248 fim, foi solicitado aos membros cadastrados e ao grupo dos amigos da educação ambiental,
249 enviar um email pelo próprio ambiente virtual de aprendizado, as dificuldades identificadas
250 para acessar o sistema. Em seguida, agradeceu a todos pela colaboração e declarou encerrada
251 a sessão. Esta ata será assinada por todos os membros presentes. Salvador, 24 de maio de
252 2017.


253 **Membros Presentes:**

254 Zanna Maria Rodrigues de Matos – SEMA 

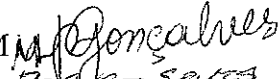
255 Fábio Fernandes Barbosa – SEC

256 Duwillimai Embirassu de Arruda – SEC 

257 Maria Ivone Santana Souza – SETRE

258 Bernadedth Rocha Simões – UMBU 

259 Jorge Luiz Faria Silva – ABENFAC

260 Matilde Pereira Gonçalves – AMAM 

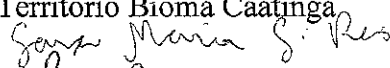
261 Joás Brandão Souza – GAP 

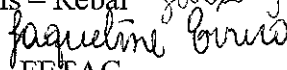
262 Walney Magno de Souza – Comunidades e Povos Tradicionais - Povos Indígenas 

263 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – Comunidades e Povos Tradicionais/Quilombola 

264 Vanilton de Jesus Santos – Território Bioma Cerrado/Rio Corrente e Grande 

265 Edimilson dos Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga

266 Sara Maria Guimarães Reis – Rebal 

267 Jaqueline Errico – Rebal 

268 Rafaela Santana da Silva – FETAG

269 Solange Alcantara Neves da Rocha – CEMITEC

270 **Convidados:**

271 Idalécio Santos - SEC

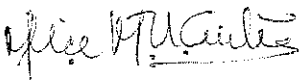
272 Amelia Cerqueira – DIEAS/SEMA

273 Mariana Mascarenhas – SEMA

274 Jurandyr Souza – INEMA

275 Paulo Moraes - INEMA

276 Maria Auxiliadora – INEMA

277 Maria Alice Cintra – GAMBÁ 

278 Sonia Maria Andrade – PMS

279 Ana Cláudia O. de J. Nogueira - CENA 